

“AND THEY CAN ACHIEVE THEIR POTENTIAL”: REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NO *LGBT ACTION PLAN* (UK, 2018)¹

Luan Carpes Barros Cassal

*Doutorando em Educação pela University of Manchester - Inglaterra,
luancassal@gmail.com*

Resumo

Em 2018, o Governo do Reino Unido, liderado pelo *Conservative and Unionist Party* (ou *Tories*), lançou um novo *LGBT Action Plan*, propondo ações em diferentes campos, baseadas em uma pesquisa de larga escala sobre a experiência da população LGBT no país. Entre os temas, educação ganha espaço, em função de recorrentes experiências de discriminação e exclusão no ambiente escolar, assim como uma lacuna de estudos empíricos sobre adolescentes e jovens LGBT e, em especial, trans. Considerando a dimensão positiva dos discursos, entendemos que tanto a representação das experiências de adolescentes e jovens LGBT quanto as ações propostas para esses grupos produzem e regulam modos de existência. Dessa forma, o presente trabalho desenvolve uma análise do discurso de inspiração Foucaultiana sobre esse documento, focando nos modos de produzir e regular adolescências e juventudes LGBT. Os principais temas encontrados foram: a construção desses sujeitos como vítimas; atualização de guias e orientações do governo para escolas (em detrimento de soluções locais); a individualização da discriminação enquanto *bullying*; e uma ideia de escolarização como desenvolvimento de potencialidades individuais para

¹ Pesquisa financiada com bolsa de estudos através dos programas *SEED-UoM Scholarship/PDS-UKRI Award* (2019-2022).

uma cidadania idealizada. Assim, concluímos que políticas públicas operam em um processo que propõem o reconhecimento de identidades LGBT na adolescência e juventude, mas dentro de um certo quadro, e em direção a um determinado ideal.

Palavras-chave: Adolescência e juventude; LGBT; Reino Unido; políticas públicas.

Introdução

As discussões sobre direitos humanos no Reino Unido no século XX são marcadas pela perseguição institucional à comunidade LGBT². Relações homossexuais eram crime na Inglaterra até 1967 (perdurando na Escócia até 1980 e na Irlanda do Norte até 1982). Alan Turing, cientista responsável por decodificar códigos de comunicação militar alemã durante a Segunda Guerra Mundial (permitindo medidas defensivas e contra-ataques das forças armadas britânicas) foi um dos célebres - e infames - homossexuais condenados por tal legislação. Sua pena de tratamento compulsório (ou castração química) é uma das prováveis causas de sua posterior morte por suicídio, em 1954.

Durante os anos 1970, o Partido Conservador e Unionista (*Conservative and Unionist Party*, ou *Tories*) intensificou discursos de enfrentamento aos direitos de grupos considerados minoritários. O partido saiu vitorioso nas eleições de 1979, dando início ao governo da Primeira-Ministra Margaret Thatcher (até 1990). Sua política neoliberal articulou a redução da capacidade protetiva do Estado com a responsabilização de famílias pelos cuidados de suas e seus integrantes, especialmente aquelas e aqueles mais vulneráveis. Essas medidas atingiram de forma desproporcional pessoas em função de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia e nacionalidade. Com relação à população LGBT, esta foi constantemente retratada como uma ameaça à família tradicional (cis-heteronormativa); responsáveis pela violência e discriminação sofrida, e requerentes de privilégios protetivos; e incapazes de reprodução, portanto em necessidade de recrutar novas gerações. Em suma, um grupo perigoso. Após diversas tentativas, o governo conservador aprovou a *Section 28* em 1988, que proibia autoridades públicas de realizarem ações ou publicarem materiais que promovesse a homossexualidade, bem como o ensino da homossexualidade como modelo familiar. Ainda que grupos LGBT tenham se movimentado e fortalecido suas redes de apoio

2 Apesar das imensas limitações do acrônimo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas Trans) para representar as experiências de dissidência com a cis-heteronormatividade, escolhi pelo seu uso para manter uma uniformidade com o acrônimo utilizado pela política analisada neste artigo.

e assistência, tratou-se de uma política de omissão do governo, que facilitou o aumento da violência e a desassistência na pandemia de AIDS (Franklin, Lury, Stacey, 1991). A *Section 28* só foi revogada em 2000, já em um governo do Partido Trabalhista (*Labour Party*). Ainda assim, seus efeitos discursivos continuaram no campo da educação, enquanto professoras e professores continuavam a utilizá-la como justificativa para não discutir direitos LGBT anos depois de sua revogação (Greenland; Rosalind, 2008).

O início do século XXI modificou o cenário no país. Além da revogação da *Section 28*, tivemos a aprovação da Lei de Identidade de Gênero para pessoas trans (*Gender Recognition Act, 2004*)³; a aprovação da união estável para pessoas de mesmo gênero em 2005 e casamento entre 2013 e 2020⁴; e a proteção de características identitárias contra discriminação e exposição, inclusive orientação sexual e identidade de gênero (*Equality Act, 2010*). Mais ainda, um perdão póstumo ao cientista Alan Turing foi concedido pela chefe de Estado, Rainha Elizabeth II, em 2013, e uma lei com seu nome foi promulgada em 2017, perdoadando todas as condenações pelo alegado crime. Em 2021, será lançada a nova cédula de 50 Libras Esterlinas, com a face de Turing. Seria finalmente o Reino Unido um país inclusivo e seguro para a população LGBT?

O primeiro relatório de direitos da população LGBT pela ILGA-Europe (*International LGBTI Association - Europe*), de 2011, apresenta um ranking de garantia de direitos e ocorrências de violações no continente. Nesse ranking, o Reino Unido figura na primeira posição, que continua a ocupar até 2014 - apesar de recorrentes situações de violências e discriminações registradas nesses mesmos relatórios. De 2015 até o momento, o país reduziu sua pontuação progressivamente, em parte um reflexo do referendo e processo de desligamento do país da União Europeia - processo conhecido como *Brexit*, o qual veio acompanhado de um aumento em crimes de ódio em geral.

Esse contexto das políticas LGBT no Reino Unido, atravessado pelas ideias aparentemente contraditórias de censura e progresso,

3 Objeto de análise aprofundada na pesquisa de doutorado da qual este artigo faz parte.

4 Por conta da organização jurídico-administrativa do Reino Unido, um país formado por quatro diferentes nações (Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda do Norte) e diversos territórios, algumas legislações civis e políticas de governo são votadas e aprovadas localmente.

dispara o presente artigo, que tem por objetivo analisar as representações de adolescência e juventude no segundo Plano de Ação LGBT (*LGBT Action Plan*, 2018), publicado pelo governo britânico. Este é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, interessada na regulação articulada de idade e gênero em políticas do governo britânico para pessoas trans e não-binárias.

Este texto apresentará os procedimentos metodológicos (Análise do Discurso de inspiração Foucaultiana), o referencial conceitual (baseado em discussões da teoria queer), a análise de dados, e as considerações desta pesquisa.

Metodologia

Esta pesquisa tem por base a obra de Michel Foucault (1979; 1987; 1988; 1996; 1999; 2008) sobre discurso e relações de poder. Seguindo sua discussão, entende-se que história, relações de poder e interpretações são condições de possibilidade para a existência de discursos, ao mesmo tempo que os produzem, mesmo que isso não seja evidente por conta de processos de naturalização e essencialização dos mesmos. Mais especificamente, discursos são acontecimentos materiais aleatórios, organizados por relações de poder que os produzem, selecionam, regulam, controlam e distribuem através de conflito e violência. Exclusão, ordenação, coerção e rarefação são alguns dos procedimentos para tanto. A Análise do Discurso de inspiração Foucaultiana busca compreender as condições de possibilidade dos discursos, bem como os efeitos de sua regulação, acompanhando emissões e silêncios (Burman, 1999; Parker, 2005). Esse método se mostra útil na psicologia social, de forma a acompanhar processos de produção de subjetividade, resistindo a uma histórica tendência da psicologia de reducionismo e individualização (Baptista, 2000).

Para o presente trabalho, três documentos publicados pelo governo britânico foram analisados: o primeiro e o segundo *LGBT Action Plans* (*Government's Equalities Office*, 2011a; 2018) e o *Trans Action Plan* (*Government's Equalities Office*, 2011b). A pesquisa identificou trechos que tratassem de infância, adolescência e juventude. Esses trechos foram extraídos e analisados em detalhe, de forma a evidenciar as condições de saber-poder que possibilitam sua emergência, bem como os seus efeitos produtivos. Os documentos de 2011 trazem elementos para a análise aprofundada do documento de 2018.

Estes documentos são de acesso público gratuito online, em inglês. De acordo com as instruções da *University of Manchester*, esta etapa do trabalho está isenta de submissão ao Comitê de Ética, por se tratar de pesquisa de material secundário, que não envolve conteúdo privado ou sensível, nem a participação de seres humanos. As traduções para o português são de responsabilidade do autor deste artigo.

Vale destacar que esta pesquisa se vale de saberes localizados, que reconhecem sua parcialidade como sua potência, em vez de uma fraqueza (Haraway, 1988). Trata-se de borrar as fronteiras artificialmente estabelecidas entre pessoal e político, que inclusive reforçam o neoliberalismo (Duggan, 2003). E o lugar deste pesquisador, homem cis-gênero gay, branco e brasileiro, é também de um sujeito colonizado imigrante em um império colonial. Essa posição instável, fronteira, pode ser de encontros e misturas (Lugones, 2003), como em uma viagem sem destino certo (Louro, 2004), e também de conscientização sobre a violência colonial e a inadequação do corpo e da língua àquelas da Europa (Fanon, 2020). É dessa posição de estranhamento e desconforto que a política LGBT do Reino Unido é analisada: como uma cultura estrangeira, lida em uma segunda língua.

Referencial teórico

Gênero não é uma categoria exaustiva, coerente ou completa, e não existe fora de uma compreensão interseccional. Concordamos com Butler (1990) que gênero pode ser entendido como uma contínua série de atos performativos, reiterados e nunca acabados, produzindo realidades materiais e discursivas. Esses atos discursivos produzem especificamente o sexo binário e heterossexualizado como uma categoria natural e pré-discursiva, ainda que essa seja apenas uma ‘ficção política’ corporificada (Preciado, 2018). As pessoas que não atendem à coerência estabelecida entre sexo atribuído e gênero identificado e expresso em algum momento da vida são identificadas como trans, para desenhar uma suposta estabilidade e garantir privilégios e superioridade para as existências que são tidas como coerentes entre sexo e gênero, ou cisgênero (Vergueiro, 2014; Gaspodini; Jesus, 2020). A normalização das infâncias é dependente da noção de gênero como estável e definitiva (Castañeda, 2014), e assim as categorias etárias são especialmente estratégicas para regulação das identidades de gênero (Roselló-Peñalosa, 2013; Favero; Machado, 2019). Criticamos,

por sua vez, a concepção de infância como um estágio universal do desenvolvimento humano. A própria ideia e experiência de infância é social e discursivamente construída, portanto, precisamos analisar o contexto e as condições para sua existência (Burman, 2019). Mais ainda, a infância é marcada por uma representação de pureza, que estaria ameaçada por discursos e práticas sobre o sexo, fortalecendo o dispositivo discursivo e profissional que produz e organiza a sexualidade; regula-se o presente em nome da proteção do futuro (Foucault, 1988).

Resultados e discussão

O primeiro *LGBT Action Plan* do Reino Unido foi publicado em 2011, durante o governo de coalizão de centro-direita (*Conservatives e Liberal-Democrats*), sob liderança do Primeiro-Ministro David Cameron. Seu título, “Trabalhando para a igualdade LGBT: seguindo em frente”⁵, estabelece um caminho pré-definido a ser cumprido, uma ideia de desenvolvimento que reaparece em diferentes momentos. O compromisso com igualdade é a linha básica do documento, já afirmado na primeira página. O governo também celebra conquistas então recentes, como o direito à proteção da identidade de gênero (através do *Equality Act*, 2010) e o casamento de pessoas do mesmo gênero, mas também ressalta a necessidade de ação por conta de crimes de ódio e discriminação. Mais ainda, o governo reforça a necessidade de suporte de toda a sociedade para que mudanças podem ser feitas, e anunciam a futura publicação de um plano de ação específico para políticas para pessoas trans. Vale destacar que educação, infância e mobilidade social é a primeira seção de políticas do documento:

Os primeiros anos e a educação de uma criança têm profunda influência em suas vidas. Escolas devem ser espaços seguros e de suporte para o aprendizado das crianças. Enfrentar bullying homofóbico e transfóbico em nossas escolas melhorará não apenas a vida das vítimas como também ajudará a desafiar visões e comportamentos preconceituosos desde cedo, auxiliando na garantia de uma sociedade mais

5 No original, *Working for Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Equality: Moving Forward*. Tradução livre do autor.

tolerante. Como parte do nosso desejo de promover bom comportamento em escolas, nós garantiremos que estas tenham acesso a orientações sólidas e confiáveis, empoderando docentes para enfrentar comportamento inadequado e bullying nas escolas, inclusive ajudando na identificação e enfrentamento de bullying homofóbico e transfóbico (*Government's Equalities Office*, 2011a, p. 2, tradução livre do autor)⁶.

Uma série de conceitos operam de forma naturalizada nesse trecho. De partida, a ideia desenvolvimentista de infância, em que as experiências dos primeiros anos são influentes – e, portanto, devem ser influenciadas de tal ou qual forma, posto que a intervenção em escolas é através de orientações para enfrentar comportamentos inadequados e reforçar os positivos. A escola é situada como o lócus para transformação social; imenso peso para crianças, e responsabilidade para docentes. Entretanto, o discurso apresentado opera na lógica de individualização das relações: descreve que o bullying (comportamento repetitivo, com autoria) acontece com uma vítima, e que pode ser prevenido por um ou uma docente com orientações adequadas.

Em dezembro do mesmo ano, o governo publicou um plano de ação para igualdade de pessoas trans. O texto faz questão de ressaltar que se trata do primeiro documento desta natureza pelo governo britânico, e apresenta uma definição ampla de pessoas trans, como um espectro desde pessoas transexuais até pessoas agênero, mas afirma que todas querem contribuir com a sociedade (*Government's Equalities Office*, 2011b, p. 2). O texto segue a mesma estrutura e formato do Plano de Ação LGBT, focando em políticas anti-bullying a serem desenvolvidas por docentes e escolas, além de ressaltar o papel de órgãos de inspeção/supervisão escolar para desenvolvimento de boas práticas. Estes passaram a ter um papel estratégico nos anos seguintes, tomando ações anti-bullying e a favor da diversidade sexual e de

6 No original, “*Children’s early years and education have a profound influence on their life chances. Schools should be a safe and supportive environment for children to learn in. Tackling homophobic and transphobic bullying in our schools will not only improve the lives of victims, but it will help to challenge prejudiced views and behaviour early on, helping to ensure that our society becomes more tolerant. As part of our drive to promote good behaviour in schools, we will ensure schools have access to sound and authoritative guidance, which empowers teachers to tackle bad behaviour and bullying in schools, including help to identify and tackle homophobic and transphobic bullying*”.

gênero como quesitos positivos nas avaliações regulares de estabelecimentos de ensino. Contudo, a proteção oferecida por tais políticas é focada na individualização das demandas (Lawrence; Taylor, 2020).

O governo de coalizão foi substituído por um governo majoritário de direita, *Conservative*, nas eleições de 2015, liderado pela Primeira-Ministra Theresa May⁷, a partir de 2016. Esse governo propôs revisões em temas de gênero e sexualidade, inclusive uma consulta nacional para a reforma do *Gender Recognition Act* (2004), e uma nova edição do *LGBT Action Plan*.

Ainda que não seja o foco deste trabalho, vale destacar que a consulta nacional indicou um clamor pela despatologização de experiências trans, assim como a redução da idade mínima para requerer um certificado de reconhecimento de gênero. Já o segundo *LGBT Action Plan*, em 2018, foi apresentado como uma resposta tanto a crescentes indicadores de violência e discriminação quanto a estudos sobre desigualdade vivida pela população LGBT no Reino Unido (Hudson-Sharp; Metcalf, 2016). Dois trechos das políticas de educação merecem destaque.

Nós garantiremos que escolas tenham acesso às orientações necessárias para apoiar estudantes LGBT.

O Departamento de Educação publicará uma atualização do guia de orientação às escolas sobre como aplicar o *Equality Act* de 2010. Além disso, o Escritório de Governo de Igualdades trabalhará com a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos para publicar orientações adequadas para escolas sobre como apoiar estudantes trans (*Government Equalities Office*, 2018, p. 12, grifos no original, tradução livre do autor).⁸

O governo insiste em uma estratégia de orientações vindas do nível central para as escolas. Trata-se do estabelecimento da igualdade como meta, em que todas e todos possam igualmente ser estudantes

7 Curiosamente, a segunda mulher a governar o Reino Unido, novamente uma *Conservative*.

8 No original: “**We will ensure that schools have access to the guidance they need to support LGBT pupils.** The Department for Education will publish an update to its guidance for schools about how to apply the Equality Act 2010. In addition, the Government Equalities Office will work with the Equality and Human Rights Commission to publish comprehensive guidance for schools on how to support trans pupils”.

– mas que desconsidera como o próprio processo educacional funciona para a manutenção e reafirmação da cis-heteronormatividade (Britzman; 1995; Preciado, 2020). Trata-se de uma educação focada em produzir um certo futuro:

Nós agiremos para que cada criança e jovem sintase em segurança na educação, e possa alcançar o seu potencial. Nosso levantamento constatou que nosso sistema educacional não está preparando jovens LGBT para a vida futura, e que bullying homofóbico, bifóbico e transfóbico é um problema que precisamos enfrentar. Nós continuaremos a investir em programas que enfrentem bullying homofóbico, bifóbico e transfóbico nas escolas, e garantiremos que os novos conteúdos de [das disciplinas] Relacionamentos e Educação e Relacionamentos e Relações Sexuais apoiarão estudantes, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero em desenvolvimento. (Government Equalities Office, 2018, p.4, grifos no original, tradução livre do autor)⁹.

O papel da educação, portanto, seria possibilitar o desenvolvimento pleno para vida futura. Dessa maneira, questões de gênero e sexualidade – mais especificamente, as identidades LGBT – funcionam a serviço da regulação de todas as crianças e adolescentes para alcançarem o seu potencial, ou melhor, aquele estabelecido pelo governo. Ao mesmo tempo, trata-se de uma recusa de que experiências infantis dissidentes que poderiam romper a lógica do tempo e do progresso (Edelman, 2004). Seja na ideia de bullying (multiplicado em suas qualificações), seja na oferta de conteúdos disciplinares, as soluções indicam uma individualização dos problemas, com soluções pausterizadas e centralizadas.

9 No original: “**We will act so that every child and young person feels safe in education, and can achieve their potential.** Our survey found that our education system is not preparing LGBT young people for later life, and that homophobic, biphobic and transphobic bullying is a problem we still need to tackle. We will continue to invest in programmes that tackle homophobic, biphobic and transphobic bullying in schools, and ensure that the new subjects of Relationships Education, and Relationships and Sex Education will support pupils, whatever their developing sexual orientation or gender identity”.

Considerações finais

Este trabalho propôs problematizar as ideias de infância, adolescência e juventude no *LGBT Action Plan* do governo britânico, que teve sua primeira versão publicada em 2011 e a segunda em 2018. Como fragmento de uma pesquisa em desenvolvimento, não é um texto conclusivo, mas aponta alguns perigos do uso das categorias etárias nas políticas LGBT. Crianças, adolescentes e jovens são enquadrados em uma linearidade, com um objetivo de futuro. Se tais projetos sugerem a proteção e o enfrentamento à violência, também estabelecem um quadro específico para que esses sujeitos se encaixem. Afinal, não deixa margem para que crianças, adolescentes e jovens não queiram ser cidadãos produtivos e alcançar seus supostos potenciais: o preço da segurança é o enquadramento. É o relance de uma cidadania condicionada, em que orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas servem para manutenção de políticas de desigualdade. Cabe uma maior análise para entender se esse processo pode ser chamado categoricamente de homonacionalismo, como proposto por Puar (2007) e analisado no contexto brasileiro por Irineu (2014), ou se a regulação associada com a infância, adolescente e juventude opera de uma outra maneira. De todo modo, é relevante que os *LGBT Action Plan* foram propostos durante governos de centro-direita e direita, sob liderança *Conservative*, tomando uma posição avessa ao danoso governo Thatcher, e enfrentando o protagonismo dos governos *Labour* nessa temática (incluindo a revogação da *Section 28* e a aprovação de legislações protetivas em vigor).

Uma última nota. A liderança do governo *Conservative* foi substituída em 2019 por Boris Johnson, e sua gestão tem focado tanto no processo de negociação para a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), efetivada legalmente em 2020, e a resposta à crise da pandemia Covid-19. Nos dois temas, o governo tem jogado as pessoas mais vulneráveis embaixo do ônibus, como se diria em inglês. A população LGBT certamente é afetada pelo aumento nos crimes de ódio em geral, a restrição de mobilidade entre países, a exposição à violência doméstica/familiar durante os períodos de isolamento (*lockdowns* e quarentenas), a redução de oferta de serviços de saúde e assistência social, e a pré-disposição de agravos em saúde pelo histórico de exclusão. Mas, para além disso, o governo de

Johnson anunciou a necessidade de mais uma consulta para a reforma da *Gender Recognition Act* (2004), bloqueando o processo, ainda que tímido e limitado, que vinha em curso. O governo indicou que focará, nesse momento, na proibição de *conversion therapies*, que são chamadas no Brasil de práticas de conversão ou reorientação sexual, ou vulgarmente ‘cura gay’.

Para além de uma surpresa que tal prática seja legal e permitida no Reino Unido no momento – em contraste com a proibição no Brasil desde 1999 (Cassal; Bello; Bicalho, 2019) –, é importante destacar que essa não era uma prioridade até então, e entrou repentinamente em cena, movendo o foco da despatologização de identidades transgênero para a proteção às orientações sexuais não-hegemônicas. Essa mudança de direção, que suspende as produções do governo anterior (mesmo que do mesmo partido) em um contexto de múltiplas crises, pode indicar as preferências – e privilégios – dessas políticas. Se a ideia de fazer jovens LGBT atingirem seu potencial continue a valer, talvez o governo esteja a indicar que pessoas trans precisariam de auxílio profissional (de saúde mental) para atingir esse objetivo, enquanto pessoas cis, ao contrário, estão sendo impedidas pelos mesmos profissionais. Ou, então, uma negociação para que o poder médico-psiquiátrico/psicológico continue a regular algumas vidas, escolhendo quais que podem ser expostas ao dano da patologização. Estas são algumas hipóteses que demandam maior investigação.

Agradecimentos

Agradeço às orientadoras desta pesquisa, Prof Erica Burman e Prof Jackie Stacey, da *University of Manchester*.

Referências

Britzman, D. (1995). Is there a Queer Pedagogy? Or, stop reading straight. *Educational Theory*, 45 (2), 1995, p. 151-165.

Burman, E. *Fanon, Education, Action: Child as Method*. London & New York: Routledge, 2019.

Burman, E. What discourse is not. *Philosophical Psychology*, v. 4 (3), 1991, p. 325-342 Butler, J. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

Cassal, L. C. B.; Bello, H. L.; Bicalho, P. P. G. Enfrentamento à LGBTIfobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n.esp)., 2019, p. 113-128.

Castañeda, C. Childhood. *TSQ*, 1 (1-2), 2014, p. 59–61. DOI: 10.1215/23289252-2399605 Duggan, L. *The Twilight of Equality? Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.

Edelman, L. *No future: queer theory and death drive*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2004.

Fanon, F. *Pele Negra Máscaras Brancas*. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

Favero, S. R.; Machado, P. S. (2019). Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. *Revista Cultura e Ciberdocência*, 3 (1), 2019, p. 102-126.

Foucault, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Foucault, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins fontes, 2008.

Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1987.

Foucault, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Franklin, S.; Lury, C.; Stacey, J. (1991). Introduction 1: Feminist and cultural studies: pasts, presents, futures. In: Franklin, S.; Lury, C.; Stacey, J. (org). *Off-centre: feminism and cultural studies*. London: Harper Collins Academic, 1991.

Gaspodini, I. B.; Jesus, J. G. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*, 1(2), 2020, p. 33-51.

Government Equalities Office. *Advancing transgender equality: a plan for action*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/85498/transgender-action-plan.pdf. 2011b. Acessado em 21/10/2019.

Government Equalities Office. *LGBT Action Plan: improving the lives of Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender People*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/721367/GEO-LGBT-Action-Plan.pdf. 2018. Acessado em 21/10/2019.

Government Equalities Office. *Working for Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Equality: Moving Forward*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/85482/lgbt-action-plan.pdf. 2011a. Acessado em 21/10/2019.

Greenland, K; Nunney, R. The repeal of section 28: It ain't over 'til it's over. *Pastoral Care in Education*, v. 26, n. 4, 2008, pp. 243-251.

Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14 (3), p. 575-599.

Hudson-Sharp, N.; Metcalf, H. *Inequality among lesbian, gay bisexual and transgender groups in the UK: a review of evidence*. National Institute of Economic and Social Research. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/539682/160719_REPORT_LGBT_evidence_review_NIESR_FINALPDF.pdf. 2016. Acessado em 22/10/2019.

Irineu, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Revista Em Pauta*, 12, 2014, p. 155-178. Lawrence, M.; Taylor, Y. The UK government LGBT Action Plan: Discourses of progress, enduring stasis, and LGBTQI+ lives 'getting better'. *Critical Social Policy*, 40 (4), 2020. DOI: 10.1177/0261018319877284.

Louro, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Lugones, M. *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*.

Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, 2003.

Parker, I. *Qualitative Psychology: Introducing Radical Research*. Berkshire: Open University Press, 2005.

Preciado, P. B. *Testo Junkie: sexo, Drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1, 2018.

Preciado, P. B. *Um apartamento em Urano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Puar, J. K. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham & London: Duke University press, 2007.

Roselló Peñaloza, M. Between Unfinished Bodies and Impossible Identities: The (Psycho)Pathologization of Transsexuality in the Psychiatric Discourse. *Quaderns de Psicologia*, 15 (1), 2013, p. 57-67.

Stacey, J. Promoting normality: section 28 and the regulation of sexuality. In: Franklin, S.; Lury, C.; Stacey, J. (org). *Off-centre: feminism and cultural studies*. London: Harper Collins Academic, 1991, pp. 284-304.

Vergueiro, V. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo, e (ab?)uso de substâncias. In: Jesus, J. G. et al. (eds.) *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.